

A GÊNESE LINGUÍSTICA DAS ILHAS DE SANTIAGO E FOGO - CABO VERDE

THE LINGUISTIC GENESIS OF SANTIAGO AND FOGO ISLANDS - CAPE VERDE

Eliane Cristina ARAÚJO VIEIRA SEMEDO (INALCO/LLACAN/UFC)

Ana Karina TAVARES MOREIRA (INALCO/LLACAN)

RESUMO: Este artigo traça o percurso sociohistórico e linguístico da formação das comunidades das ilhas de Santiago e Fogo. O objetivo é fazer uma breve análise comparativa e diacrônica das duas variedades, tendo como base as semelhanças e diferenças no processo de ocupação das duas ilhas. Depois de uma caracterização histórica do povoamento e formação da sociedade (ponto 2), passamos em revista as teorias de formação do crioulo cabo-verdiano (ponto 3) e em seguida analisamos traços linguísticos convergentes e divergentes (ponto 4), tomando como base aspetos do léxico e da fonologia. Os traços linguísticos partilhados reforçam a gênese comum das duas variedades do cabo-verdiano, no contexto do arquipélago e a sua maior proximidade linguística às variedades continentais (Guiné-Bissau e Casamansa). Os pontos divergentes são prova de condicionalismos geográficos e sociolinguísticos que constituíram a base da variação dialetal existente entre as duas ilhas, não obstante a origem linguística comum.

PALAVRAS-CHAVE: *Santiago. Fogo. Crioulização.*

1. Introdução

O surgimento do crioulo de Cabo Verde está estritamente relacionado à formação da sociedade cabo-verdiana. Sendo um arquipélago de dez ilhas, das quais nove foram povoadas, a construção dessa sociedade apresenta características singulares que afetam diretamente suas configurações linguísticas.

Este estudo tem como objetivo apresentar o processo de formação do crioulo das ilhas de Santiago e Fogo, tendo como pressuposto que essas ilhas foram povoadas no mesmo período e, por isso, partilham características linguísticas advindas de sua gênese.

Para análise da gênese dos crioulos das ilhas de Santiago e Fogo, baseamo-nos nos trabalhos de Quint (2000, 2006, 2008) e Quint e Moreira (2019). Os exemplos foram tomados das bases de dados de Moreira para a variedade da ilha do Fogo e de Quint e Semedo (em preparação) para a variedade de Santiago.

2. Panorama do povoamento e formação da sociedade

As ilhas de Cabo Verde foram encontradas desabitadas, mesmo que, como cita Santos, Torrão e Soares (2007, p. 69), haja uma lenda que a ilha de Santiago tenha sido habitada por jalofofos (i.e. uólofos). Contudo, os documentos existentes corroboram para que as ilhas do grupo oriental (Santiago, Fogo, Brava, Maio e Sal) tenham sido achadas em Maio de 1460 (em 1 de maio aportaram na ilha de Santiago) por duas caravelas comandadas pelos navegadores portugueses António da Noli e por Fernão Gomes, como consta na carta de doação de D. Afonso V, de 3 de dezembro de 1460, tendo como beneficiário das ilhas o infante D. Fernando, irmão do rei. As ilhas do grupo ocidental, por sua vez, devem ter sido posteriormente descobertas por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, já que não foram citadas nesse documento de doação, mas apenas num documento de doação posterior, datado de 29 de outubro de 1462, em que Diogo Afonso é referido como descobridor (SANTOS; TORRÃO; SOARES, 2007 p. 41).

A carta régia de 1466 nos mostra que o povoamento das ilhas de Santiago e Fogo, as primeiras a serem povoadas, começou em 1462, logo a seguir ao seu descobrimento, em 1460 (SANTOS; TORRÃO; SOARES, 2007, p. 69). As ilhas foram doadas pelo rei D. Afonso V a seu irmão, D. Fernando, que teria o dever de povoá-las.

2.1 O povoamento da ilha de Santiago

O Infante D. Fernando determinou que os navegadores portugueses António da Noli e Diogo Afonso se instalassem na ilha de Santiago visando o povoamento dessa ilha, já que a distância da mesma em relação a Portugal e as condições climáticas (clima árido, seco) não contribuíam para atrair reinóis portugueses para habitá-la. Assim, em 1462, António da Noli instalou-se na ilha de Santiago, mais precisamente na Ribeira Grande (atual Cidade Velha) juntamente com alguns membros de sua família e de congêneres portugueses.

Dada a essas características do arquipélago, o povoamento deu-se de forma discreta, como confirma o depoimento do frei Rogério e Fra Mauro, que, ao passarem na ilha de Santiago em 1466, afirmaram ter encontrado a terra apenas com alguns genoveses que catavam algodão no mato (SANTOS; TORRÃO; SOARES, 2007, p. 70).

Contudo, a localização geográfica do arquipélago, situado entre os continentes africano, americano e europeu, o que facilitava a exploração da costa ocidental africana e do Atlântico Sul, impeliu a Coroa a tomar medidas para que a sua ocupação realmente ocorresse. A estratégia usada pela Coroa para atrair reinóis para o arquipélago cabo-verdiano foi a Carta Régia de 1466, que dava permissão aos habitantes da ilha de Santiago para estabelecerem comércio com os ribeirinhos da costa africana e com a Europa. Além disso, os moradores de Santiago tinham, também isenções fiscais, o que se constituía numa grande vantagem, segundo Correia e Silva (1996, p. 22).

Como estratégia de povoamento, a ilha de Santiago foi demarcada em duas capitânicas, sendo António da Noli nomeado capitão da parte sul (19 de setembro de 1462) e Diogo Afonso, da parte norte (29 de outubro de 1462).

Correia e Silva (1996), ao tratar das estratégias de povoamento do arquipélago cabo-verdiano pela Coroa portuguesa, mostra que a Carta de 1466 foi "insuficiente e frustrante às intenções da Coroa. Isto por duas razões: uma de origem externa e mercantil e outra de índole interna e local" (CORREIA E SILVA, 1996, p. 26). A razão de ordem mercantil diz respeito aos compromissos firmados pela Coroa com Fernão Gomes, a quem arrendou os tratos e resgastes da Serra Leoa por cinco anos, limitando, assim, os privilégios comerciais dos habitantes da ilha de Santiago, através da Carta Régia de 1472. A razão de ordem interna e local diz respeito ao modelo de povoamento adotado, já que os privilégios concedidos pela Carta Régia de 1466 eram de natureza essencialmente mercantis, por isso os moradores atraídos por eles eram geralmente mercadores e funcionários régios, que viviam estritamente do comércio euro-africano, o que gerava um povoamento apenas portuário e urbano. Os limites impostos pela Carta de 1472, nomeadamente, a restrição da área legal de resgate (para áreas já descobertas e conhecidas no período que os privilégios foram outorgados) e a restrição das mercadorias trocadas no comércio no continente africano (apenas mercadorias produzidas na ilha de Santiago), vão impulsionar o povoamento interno de Santiago, estendendo-se também para o interior da ilha, e posteriormente para a vizinha ilha do Fogo.

2.2 O povoamento da ilha do Fogo

Apesar de a ordem de povoamento da ilha do Fogo ter sido veiculada na mesma carta régia de 1466 que ordenava o povoamento de Santiago, o povoamento efetivo das duas ilhas não se deu em simultâneo. Os dados históricos apontam pelo menos até 1480, apenas a ilha de Santiago era habitada. O povoamento da ilha do Fogo só se daria cerca de duas décadas depois da ilha de Santiago, "entre 1480 e 1493" (ALBUQUERQUE & MADEIRA, 1991, p.143). Segundo Albuquerque & Madeira (1991, p.143, 44), o processo foi desencadeado por colonos e escravos vindos da ilha de Santiago, tendo sido a constituição social dos moradores da ilha do Fogo bastante semelhante à de Santiago. Estes autores apontam duas principais razões para o povoamento da ilha: a sua fertilidade e proximidade a Santiago. Relatos do século XV dão conta que na ilha nascia muito algodão, que era então a principal moeda de troca no comércio na costa africana. Ainda que a Carta Régia de 1472 apenas autorizasse o comércio exclusivo de mercadoria produzida na ilha de Santiago, os moradores de Santiago terão recorrido à ilha do Fogo para aumentar a produção por ser, entre as ilhas mais férteis, a que mais próxima se encontrava de Santiago (ALBUQUERQUE & MADEIRA, 1991, p.144).

O seu povoamento vai ser incrementado pelos moradores de Santiago, atraídos pelo algodão que aí se produzia em larga escala, acabando por instituir nela grandes propriedades, exploradas por escravos. (ALBUQUERQUE & MADEIRA, 1991, p. 145).

Segundo Albuquerque & Madeira (1991, p.145), apesar de ter sido primeiramente uma extensão da ilha de Santiago sendo as suas terras lavradas pelos (escravos dos) mesmos proprietários de Santiago a ilha do Fogo constituiu, no entanto, desde muito cedo uma capitania administrativa autônoma com Câmara e Almojarifado, bem como capitães donatários próprios. Não é possível datar o estabelecimento da primeira capitania no Fogo, mas o documento redigido para a concessão da ilha ao conde de Penela, em 1528, refere-se à existência anterior de outros três capitães donatários (ALBUQUERQUE & MADEIRA, 1991, p.145).

Até meados de 1500, apenas se encontram referências ao povoado de São Filipe, no entanto o estabelecimento da ilha enquanto centro de produção parece ter potenciado o crescimento da população. Valentim Fernandes, na sua *Descrição da Costa Ocidental da África*, datada de entre 1505 e 1510 (*apud* PEREIRA 2005, p. 23) descreve a ilha, referindo-se ao vulcão, mas também à sua assinalável população. Em 1572, a freguesia de São Lourenço, com 90 fogos, apresentava uma população mais numerosa de que o segundo povoado da ilha de Santiago – Praia-que dispunha, na altura, de apenas 30 fogos (ALBUQUERQUE & MADEIRA, 1991, p. 146). Uma década mais tarde, em 1582, a Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde dá conta de uma população de 300 colonos e 2000 escravos na ilha.

A ilha do Fogo está em 14 graus e meio lesteoeste com o porto desta cidade [de Ribeira Grande]; era a capitania dela de don Afonso de Meneses, filho do conde de Penela, e por sua morte vagou, e ao presente corre por conta da fazenda de sua Magestade; terá esta ilha 300 moradores e averá em toda ela 2 mil escravos, machos e femeas, os 1 500 de confissão e os 500 que ainda não são para isso; [...] (ANDRADE *apud* PEREIRA, 2005, p. 31)

Outra descrição de 1606 deixa clara a superioridade agrícola da ilha não apenas no que dizia respeito à produção de algodão, mas também de frutas e seus

derivados. O padre jesuíta Baltasar Barreira, em carta ao seu colega João Álvares, relata o seguinte:

A segunda ilha depois de Santiago, que está à vista dela, é a de San Filipe e por outro nome a do Fogo [...] no mais leva vantagem às outras, porque nela se colhe muito algodão, e vinhas de que se faz muito e bom vinho, e dá as frutas que há nas outras mais perfeitas e em mais quantidade. A abundância faz com que haja ali homens mui ricos e de muitos escravos, com que lavram a terra... (BARREIRA *apud* PEREIRA, 2005, p. 33).

Sendo o principal fornecedor das mercadorias que alimentavam o comércio com a costa e tendo em conta que, por decreto régio, as mercadorias teriam sempre de partir da ilha de Santiago, parece ter havido uma intensa movimentação entre Santiago e Fogo. A intrínseca relação comercial, cultural e linguística entre as duas ilhas mantém-se até aos dias de hoje, possibilitando um contato permanente entre essas duas variedades que fazem parte do mesmo contínuo dialetal, num sentido lato.

3. Formação do crioulo

O crioulo de Cabo Verde é resultado do contato de diversos povos da costa africana com lusófonos europeus. Contato este dado por circunstância do processo de colonização do arquipélago cabo-verdiano, o qual, como já descrito, servia de depósito de escravos, recebendo, assim, pessoas de diferentes etnias com suas respectivas línguas, que seriam vendidas para a América e Europa.

Segundo Carreira (1984, p. 46), em 1513, a população das ilhas de Santiago e Fogo eram: 130 brancos (incluindo 4 mulheres solteiras) e 32 negros (sendo 16 homens e 16 mulheres). O autor explica que os homens brancos não estavam acompanhados das mulheres de sua etnia, por isso uniam-se às mulheres africanas, fazendo surgir o crioulo como raça no arquipélago. Já em 1582, havia 15.000 pessoas sendo educadas por uma dezena de padres nessas duas ilhas (CARREIRA, 1984, p. 53).

A educação dos africanos ficava ao cargo da Igreja, que os catequisava, preparando-os para o batismo. Sobre o processo educativo, Carreira explica:

Era toda uma acção educadora e de catequese necessária à *ladinização*. E isso só se considerava acabado quando eles se fizessem compreender através de um *Pidgin* baseado na língua portuguesa da época, ou tivessem aprendido um ofício (carpinteiro, pedreiro, ferreiro, calafate, alambiqueiro, trapicheiro, alfaiate ou outro) que permitisse a sua venda por cotações superiores, por vezes duplas, às pagas pelos *escravos boçais*. (CARREIRA, 1984, p. 50).

Como o processo de catequese era longo, os traficantes sentiam-se prejudicados por tal demora, pois isso os fazia perder negócios lucrativos. Para eles, essa cerimônia era desnecessária, mas para a Igreja, era imprescindível. Assim, surgiram os batismos coletivos dos escravos, os quais eram batizados nas praias ou nos conveses dos navios sem terem passado pela preparação da catequese. Contudo, em acordo entre os oficiais da Câmara de Santiago e a Coroa, os novos escravos chegados ao arquipélago seriam "distribuídos por zonas e confiados aos párocos, obrigando-se estes a doutriná-los e a ensinar-lhes o crioulo" (CARREIRA, 1984, p. 52).

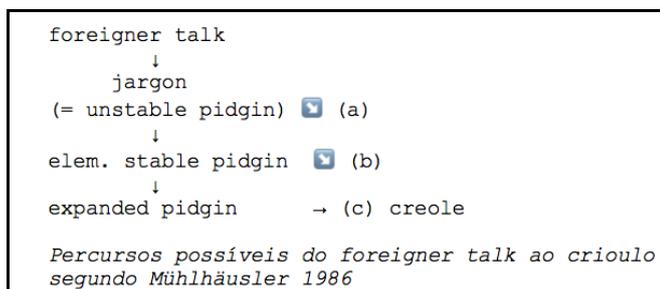
Nesse contexto, o crioulo surgiu de forma bastante emergencial, seguidamente ao achamento das ilhas, já que a necessidade de comunicação entre os colonos e os escravos era urgente. Essa configuração de várias línguas de várias etnias em contato entre si num contexto de sociedade escravocrata, juntamente com a língua portuguesa, língua do dominador, impulsiona o surgimento de uma língua de comunicação, um *pidgin*, originário do português quinhentista, passando, numa segunda fase a um *proto-crioulo*, até tornar-se língua materna, numa terceira fase, estabelecendo-se, assim, o crioulo propriamente dito (CARREIRA, 1984, p. 88).

De acordo com Carreira (2000), o crioulo teria se formado no arquipélago de Cabo Verde "a menos de 50 anos do seu achamento e dali se propagou e enraizou na costa ocidental servindo de língua franca entre o europeu e os nativos e mesmo entre estes quando de etnias diferentes" (CARREIRA, 2000, p. 319). Este autor considera, portanto, que o surto do crioulo de Cabo Verde deu-se logo nas primeiras décadas do povoamento. A nova língua teve como principais difusores os homens "baços ou pardos" e os "pretos forros" (CARREIRA, 2000, p. 316-17).

A expansão do crioulo foi também rápida. Tanto assim é que Carreira (2000) cita uma carta do padre Manuel de Almeida, um missionário na ilha de Santiago, datado de 1607, que deixa claro que pouco mais de um século após o povoamento, já havia facilidade em encontrar escravos que serviam de intérpretes, mostrando segundo o autor que "o crioulo já tinha "uma apreciável expansão em Santiago" (CARREIRA, 2000, p. 318).

Segundo Pereira (2006, p. 28-9), foram as crianças, ao adotarem como língua materna as variedades da língua de comunicação falada à época, que implementaram as mudanças necessárias para que o crioulo viesse a se estabelecer como língua funcional. A autora ressalta que o crioulo não é, como o português, resultado do processo evolutivo de uma outra língua, mas "resultado da **reestruturação** (de uma nova "leitura" e reelaboração) de um material linguístico novo e diferenciado" (PEREIRA, 2006, p. 29).

Lang (2011) dá-nos um panorama interessante de como teria surgido o crioulo de Cabo Verde. Baseando-se em Mühlhäusler (1986), ele entende que a formação do crioulo passa por estágios de língua, a saber, "(foreigner talk) → jargon → stable pidgin → expanded pidgin → creole" (MÜHLHÄUSLER, 1986 *apud* LANG, 2011, p. 5).



(MÜHLHÄUSLER, 1986 *apud* LANG, 2011, p. 5)

Diferentemente de Mühlhäusler (1986), que considera como crioulição apenas a última fase, Lang (2011) entende que todas as etapas são crioulição. Segundo Lang (2011), Mühlhäusler (1986) reconhece que algumas etapas desse processo podem ser saltadas pelos falantes. Porquanto, para Lang (2011) a formação do crioulo de Santiago deu-se de forma muito rápida, dada a urgência da necessidade de comunicação entre os africanos entre si e entre estes e os seus colonizadores. Assim, o crioulo teria se formado de um jargão (*pidgin instável*), seguidamente à etapa do *foreigner talk*.

Não duvido que o percurso que levou ao crioulo de Santiago fosse do tipo (a). A rápida instalação duma intensa convivência e, na total ausência de mulheres brancas, também de uma grande intimidade entre europeus e africanos, a superioridade numérica do elemento africano nos poucos anos do começo da colonização e a total dependência dos europeus da mão de obra africana sugerem esta visão duma formação rapidíssima do crioulo santiaguense. (LANG, 2011, p. 9)

Logo, para que esse jargão ou *pidgin instável* tornasse-se língua materna de uma comunidade de falantes era necessária uma elaboração. Lang (2011, p. 9) refere-se a Schuchardt para lembrar que num processo de *foreigner talk*, o colono retira de sua fala tudo que é específico ou gramatical, assim também o escravo mantém afastado tudo que é específico da sua língua ancestral. Dessa forma, instala-se a carência de elementos gramaticais nessa língua de comunicação e a necessidade de criá-los para uma comunicação efetiva. A elaboração sendo processada por uma comunidade de diversas línguas maternas distintas deve também passar por um processo de unificação, em que os crioulizadores aderem às análises propostas por um determinado grupo. Segundo Lang, os fatores que favorecem umas propostas em detrimento de outras são:

- o prestígio de que gozava a sua etnia na África,
- o facto da sua língua ancestral ter servido de língua franca na África,
- o peso numérico dos falantes deste grupo no novo ambiente,
- o apreço deste grupo por parte dos novos donos e
- o facto de eles terem chegado primeiro e estarem já adaptados ao novo ambiente, etc. (LANG, 2011, p. 5)

As semelhanças entre as duas variedades deixam claro que a língua trazida pelos habitantes de Santiago à ilha do Fogo já estava num estágio de elaboração. No entanto, as particularidades dialetais de cada uma dessas duas variedades da língua cabo-verdiana mostram também que o processo de criouliização foi tendo continuidade de forma autônoma em cada uma das ilhas, como testemunham os diferentes traços fonéticos, sintáticos e lexicais. No próximo tópico, analisaremos alguns aspetos linguísticos que ilustram os traços convergentes e divergentes entre essas duas variedades do cabo-verdiano.

4. Singularidades linguísticas no crioulo de Santiago e Fogo

4.1 Pontos convergentes

Pelo seu pioneirismo no processo de criouliização em Cabo Verde, as ilhas de Santiago e Fogo partilham vários traços linguísticos que não podem ser encontrados nas outras ilhas. As variedades de Santiago e Fogo se consolidaram num período anterior às restantes variedades do cabo-verdiano, partilhando, por isso, com as variedades continentais da mesma família linguística (Guiné-Bissau e Casamansa), traços provenientes dos primeiros estágios da formação da língua.

4.1.1 Convergências lexicais

De acordo com Quint (2008, p. 70), cerca de 95% do léxico cabo-verdiano é de origem portuguesa. Embora a influência do substrato africano seja mais visível em outras áreas da língua, como a fonologia e a sintaxe, há, no entanto, uma pequena percentagem do léxico identificado como sendo de etimologia africana (Uólofe, Mandinga e Timené).

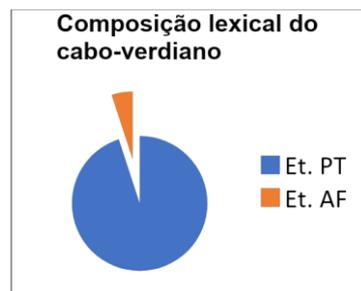


Figura 1: Composição do léxico cabo-verdiano

De acordo com Quint (2008, p. 56-66), esta componente do léxico pode-se explicar, embora apenas parcialmente, por três principais razões:

- designar realidades africanas. É o caso para verbo ST-*bombu* FG-*bambú* > et. Mdg. *bàmu* 'levar às costas (criança)';
- imprimir maior grau de especificidade à ação ou realidade descrita. Assim se explica o contraste entre os verbos ST-*kumi* FG- *kumê* > et. Pt. comer 'comer' e ST-*nhemi* FG- *nhamí* > et. Mdg. *ñimi* 'mastigar, mordiscar';
- nomear itens cuja correspondente portuguesa fosse de acesso difícil como o substantivo, como em ST /FG-*kundindem* > et. Mdg. Kóo 'parte de trás' + didi 'pequeno' 'cócix'.

Estes itens são sobretudo encontrados nas variedades do sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava). A preservação de um maior número de africanismos é uma das particularidades lexicais partilhadas pelas variedades de Santiago e Fogo. É nestas duas ilhas que se encontram uma maior proporção de africanismos (QUINT, 2000, p. 95).

Quadro 1: Léxico de origem africana em ST e FG

Étimo	ST	FG	Tradução
Mdg. <i>bölen</i> ~ <i>bôlin</i>	<i>boli</i> /'boli/	<i>buli</i> /bu'li/	n.cabaça.sp
Mdg. <i>bamburanj</i>	<i>bonboronj</i> /bombo'ron/	<i>bonboron</i> /bombo'ron/	n.sela improvisada
Mdg. <i>jónkótó</i>	<i>djongotu</i> /dʒon'gotu/	<i>djongotô</i> /dʒongo'to/	v. acocorar-se
Mdg. <i>fèefèe</i>	<i>ferferi</i> /fer'feri/	<i>farfarí</i> /ferfe'ri/	v.procurar, coscuvilhar
Mdg. <i>jutu</i>	<i>ndjutu</i> /'ndʒutu/	<i>djutú</i> /dʒu'tu/	v.substimar
Mdg. <i>kócci</i>	<i>kotxi</i> /'kotʃi/	<i>kotxí</i> /ko'tʃi/	v.separar o milho do farelo num pilão
Wlf. <i>lámboo</i>	<i>lombu</i> /'lombu/	<i>lombú</i> /lem'bu/	v.embrulhar com um pano
Mdg. <i>sèri</i> ~ <i>sérenj</i>	<i>xaren</i> /ʃe'ren/	<i>xaren</i> /ʃe'ren/	n.prato tradicional à base de milho pilado
Wlf. <i>copati</i>	<i>txuputi</i> /tʃu'puti/	<i>txaputí</i> /tʃepu'ti/	v.beliscar
Mdg. <i>ncöki-ncöki</i>	<i>txuki</i> /'tʃuki/	<i>txukí</i> /tʃu'ki/	v.meter, perfurar

4.1.2 Convergências fonológicas

4.1.2.1 Manutenção das vogais altas finais

O santiaguense e o fogueense (assim como o bravense) preservam as vogais altas átonas finais, contrariamente às variedades de Barlavento e ao maiense (Sotavento), nas quais a queda é sistemática (LOPES DA SILVA, 1957, p.90; BAPTISTA, 2013, p. 62; MICHAELIS *et al.*, 2013, p. 28).

ST/FG (e Brava) ['fidʒu] OV ['fidʒ~fi:] 'filho'
ST/FG (e Brava) ['peʃi] OV ['peʃ] 'peixe'

4.1.2.2 Passagem de /r/ intervocálico a /d/

A realização como oclusiva sonora dental /d/ da consoante vibrante múltipla etimológica do português /r/ em posição intervocálica e em posição de ataque silábico regista-se tanto no fogueense (MOREIRA - em preparação) como no santiaguense (QUINT, 2000, p. 66), estando ausente nas restantes variedades do cabo-verdiano. Assim como a presença dos africanismos, esse processo fonético tem também paralelo no casamansês e no guineense (BIAGUI, 2012, p. 95), embora nem sempre afetem os mesmos itens lexicais nos diferentes crioulos desta família linguística.

ST FG CS PT
 [mĩn'tire] [mĩn'tide] [mĩn'tide] [mẽn'tire] 'mentira'
 [re'bide] [rebi'de] [rebi'de] [revi'rar] 'revirar/virar'
 ['peri] [pe'ri] [pe'di] [pe'rir] 'parir'

4.2 Pontos divergentes

No seu processo de maior estabilização e consolidação, as variedades de Santiago e Fogo registaram diferentes reelaborações linguísticas, que fazem com que hoje constituam variedades autônomas da língua cabo-verdiana.

4.2.1 Divergências lexicais

No que diz respeito ao léxico das duas variedades, é de se notar que, apesar de partilharem a grande maioria das palavras, ocorrem duas diferenças fundamentais:

- a. Léxico partilhado entre as duas variedades, mas com diferentes acepções.

Quadro 2: Léxico de significado divergente em ST e FG

Étimo	Santiago	Português	Fogo	Português
Pt. afundar	(1) funda /'funde/	v. afundar	fundâ /fun'de/	v. descer
Mdg. dòko	(2) manduku /men'duku/	n. bengala	manduku /men'duku/	n. bengala/adj. comprido, longo
Pt. miúdo	(3) miodu /'mjodu/	adj. miúdo	miodu /'mjodu/	adj. Pequeno
Dsc.	(4) nganha /'ngãne/ ~ ñanha /'ñãne/	n. sabugo da espiga do milho	nganha /'ngãne/	n. cascas de feijão
Dsc.	(5) korkoti /kor'koti/	v. cavar, raspar	karkutí /kærku'ti/	v. ofender com palavras
Pt. sombra	(6) sonbra /'sonbre/	v. fazer sombra, cubrir	sonbrâ /son'brê/	v. passar o dia com

Nesse grupo, encontramos itens de etimologia portuguesa, mas também de etimologia africana. Além das diferenças de significado, registam-se também diferenças fonéticas (cf. transcrição AFI) em resultado dos diferentes tratamentos vocálicos, consonânticos e acentuais das duas variedades.

- b. Léxico não partilhado - cada um dos sinónimos é exclusivo a uma das variedades.

Quadro 3: Sinónimos em ST e FG

Étimo	Santiago	Étimo	Fogo	Português
Pt. ventear	(7) bentia/ bentje/	Wlf. Bees	bixi /bi'ji/	v. cirandar
Pt. fralda	(8) fralda /'fralde/	Ig. diaper	daipu /'dajpu/	n. fralda
Pt. bolso	(9) bolsu /'bolsu/	Pt. algibeira	djibera /dʒi'bere/	n. bolsos
Dsc.	(10) djagi-djagi/ dʒagi'dʒagi/	Pt. mamona	mamona /me'mõne/	n. rícino
Pt. tijela	(11) tijela /ti'ʒele/	Ig. Can	kena /'kẽne/	n. tijela
Pt. sola+pé	(12) solal'pe /'solel'pẽ/	Pt. pe+de+baixo	pe-di-baxu /'pẽdi'bafu/	n. sola do pé

Wlf. Yekk	(13) djaki /'dʒaki/	Pt. Rés	rés /'rɛs/	n. novilho
Dsc.	(14) kutunbenben /kutunbeŋ'beŋ/	Tutu+Pt varela	tutubarela /tutube'rɛle/ ~ mamá-tutú /ma'ma tu'tu/	n. formiga- leão

Esses sinônimos resultam de escolha de itens de etimologia portuguesa numa das variedades, enquanto a outra preserva o item de origem africana como em (7) (10 e (13). Noutros casos (9), ambas as variedades apresentam itens de etimologia portuguesa, diferindo na escolha lexical. Este tipo de divergência lexical é bastante comum na nomeação de espécies de animais, insetos e plantas (cf. (10), (13), (14)).

Em (8) e (11), as diferenças devem-se à introdução no fogueense de itens de origem inglesa, adaptados foneticamente à variedade. Sendo a ilha do Fogo fortemente marcada pela emigração para os Estados Unidos, esses itens fazem hoje parte do vocabulário corrente. Esses exemplos demonstram de que forma a diferente situação sociohistórica de cada ilha se reflete na língua. É de realçar que ambos os itens se referem a termos da vida moderna (*kena* 'recipiente de plástico ou metal', *daipu* 'fralda descartável'), que não existiam na primeira fase de formação da língua e que entraram mais tarde, enquanto conceito e objeto propriamente dito, em cada uma das ilhas por vias diferentes.

4.2.2 Divergências fonológicas

4.2.2.1 O acento verbal

Quint (2000, p. 93; 2001, p.76) explica que os verbos do santiagoense, no ativo presente, proveem, essencialmente, do infinitivo português e foram originalmente oxítonos. Essa hipótese é também válida para as restantes variedades do cabo-verdiano, bem como para os demais crioulos da mesma família linguística, que preservam em sincronia esse paradigma acentual para a classe dos verbos. No santiagoense, essas formas apresentam acentuação paroxítona, não se diferenciando, em termos acentuais, de outras classes gramaticais. Esse diferente padrão acentual é aplicado nas duas variedades a verbos tanto de etimologia portuguesa em a) como de etimologia africana (Mandinga), em b).

a)

ST FG PT

['durmi~'drumi] [dru'mi] [dor'mir] 'dormir'

[gɛr'bate] [grebe'tɛ] [esgreve'tar] 'esgravatar'

['fɪnte] [sɪn'tɛ] [sen'tar] 'sentar-se'

b)

ST FG MDG

['ndʒutu] [dʒu'tu] *jutu* 'subestimar'

['nsoli] [su'li] *solí* 'encher (através de uma extremidade estreita)'

['bõmbu] [bẽm'bu] *bãmu* 'levar às costas (criança)'

4.2.2.2 Tratamento dos encontros vocálicos

O fogueense preserva os encontros vocálicos do português, mantendo sequências de duas sílabas, enquanto, no santiagoense (QUINT, 2000 p. 79), a vogal alta, que compõe o primeiro ou segundo elemento do grupo vocálico, é reduzida (semi-vocalizada), integrando a mesma sílaba da vogal mais aberta.

FG ['bu.ɐ] ST ['bwe] v. 'voar'
cv.v cvv

FG['di.ɐ] ST ['dje] n. 'dia'
cv.v cvv

FG[kɔ'i] ST ['kɛj] v. 'cair'
 cv.v cvv

4.2.2.3 Tratamento das vogais altas pré-tônicas

Contrariamente à posição final pós-tônica, na qual as duas variedades apresentam o mesmo tratamento para as vogais altas, a posição pré-tônica apresenta divergências. No santiaguense (QUINT, 2000 p. 89), ocorre em certos itens o apagamento e a consequente perda silábica, enquanto, no fogueense, ocorre a manutenção da vogal, bem como do padrão silábico etimológico.

FG [fu're] ST ['frɛ] 'furar'
 cv.cv ccv

FG [fi'ri] ST ['fri] 'ferir/ picar'
 cv.cv ccv

5. Conclusão

As convergências e divergências entre as variedades das ilhas de Santiago e Fogo perpassam vários níveis linguísticos: fonológico, lexical, morfossintático e semântico. Essas variedades estão estreitamente ligadas pelas similitudes no processo de povoamento, não apenas em termos cronológicos, mas também pela idêntica constituição da base social. Santiago e Fogo estabeleceram, desde o início do processo de povoamento, relações comerciais, que possibilitaram trocas constantes. Assim, além da gênese comum, o contato permanente entre as duas variedades, que perdura até aos dias de hoje, terá, também, contribuído para a manutenção de muitos traços linguísticos comuns. Tais traços podem também ser observados nas variedades continentais (Casamansa e Guiné-Bissau), comprovando que essas duas variedades mais antigas do cabo-verdiano preservam características do proto-crioulo na base de todas as variedades da família linguística.

Apesar da gênese comum, a separação geográfica e as particularidades sociais próprias de cada ilha terão contribuído, também, para a diferenciação dialetal, resultando, hoje, em duas variedades da língua cabo-verdiana, que apresentam processos e especificidades linguísticas distintas, tanto do ponto de vista diacrônico como sincrônico.

Abreviaturas

AF	Africano	IG	Inglês
AFI	Alfabeto Fonético Internacional	MDG	Mandinga (subgrupo línguas mandé)
C	Consoante	OV	Outras variedades do cabo-verdiano
CS	Casamancês	PT	Português
DSC	Desconhecido	ST	Santiaguense
ET	Étimo	V	Vogal
FG	Fogueense	WLF	Úlofe

REFERÊNCIAS

BIAGUI, N. B. **Description Générale du Créole Afro-portugais parlé à Ziguinchor (Sénégal)** [Tese de Doutorado]. Paris: INALCO, Dakar: Université Cheik Anta Diop, 2012.

CARREIRA, A. **O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão**. Lisboa: edição do autor, 1984.

_____. **Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto da Promoção Cultural, 2000.

QUINT, N. **Grammaire de la langue capverdienne**. L'Harmattan, 2000a.

_____. **Le Cap-verdien: origines et devenir d'une langue métisse**. Paris: L'Harmattan, 2000b.

_____. Wovels as a morphological tool in Santiago Creole Portuguese (Cape Verde). **Journal of African Languages and Linguistics (JALL)** 22-1, p. 69-80 (2001).

_____. Un bref aperçu des racines africaines de la langue capverdienne. In: LANG, Jürgen; HOLM, John; ROUGÉ, Jean-Louis; SOARES, Maria João (Org.). **Cabo Verde - origens da sua sociedade e do seu crioulo**. Tübingen: Günter Narr, 2006, p. 75-90.

_____. **L'élément africain das la langue capverdienne / Africanismos na língua cabo-verdiana**. Paris: L'Harmattan, 2008.

QUINT, N; MOREIRA, A. K. T. The common african lexical core of the upper Guinea creoles and its historical significance. **Journal of Ibero-Romances Creoles**. Vol. 8, No 1, p. 115-161 (2019). Disponível em: <http://www.acblpe.com/revista/volume-9-2019/the-common-african-lexical-core-of-the-upper-guinea-creoles>. Acesso em: 03 de outubro de 2019.

LANG, J. **Disciplina 04 História social e linguística de Cabo Verde (2ª parte)**. Texto disponibilizado aos alunos do Mestrado em Crioulística e Língua Cabo-verdiana, na Universidade de Cabo Verde, 2011 [não publicado].

LOPES DA SILVA, B. **O Dialecto Crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1957.

PEREIRA, D. **Apontamentos Históricos sobre a Ilha do Fogo**. Praia: Alfa-Comunicações, 2005.

MICHAELIS S. M.; MAURER P.; HASPELMATH M. & HUBER M. (eds.). **The Atlas of Pidgin and Creole Structures**. Oxford: University Press, 2013.

MOREIRA, A. K. T. (em preparação). **Documentação e descrição gramatical e lexical do crioulo afro-português da ilha do Fogo (República de Cabo Verde, África do Oeste)** [Tese de Doutoramento]. Paris: INALCO.

PEREIRA, D. **Crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006.

SANTOS, M. E. M.; TORRÃO, M. M. F.; SOARES, M. J. **História Concisa de Cabo Verde**. Lisboa / Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.

SEMEDO, E. C. A. V. (em preparação). **Frase complexa na língua cabo-verdiana (variedade de Santiago): Um estudo descritivo e compreensivo da articulação de**

orações (subordinação, coordenação, hipotaxe e parataxe). [Tese de Doutorado]. Fortaleza: UFC, Paris: INALCO.

SILVA, A. L. C. e . **Histórias de um sahel insular.** Praia: Spleen Edições, 1996.